



3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

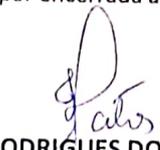
No dia 31 de março de 2022, na Casa dos Conselhos, situada em Rua dos Metalúrgicos, n.º 77, Centro, às 9h deu-se início à 3ª Reunião Ordinária do CMDCA conforme lista de participantes. A Presidente Iris deu as boas-vindas a todos, passou a palavra a Conselheira Tutelar Natália que informou sobre uma reunião com o Ministério Público sobre a obrigatoriedade da vacinação para as crianças, mesmo não estando no plano nacional será exigida, exceto os casos que por questões médicas seja comprovado o impedimento da imunização, tudo deverá ser comprovado, ainda será definido se os pais ou responsáveis sofrerão alguma penalidade nos casos que estes optarem em não levar os menores para se vacinarem. A Conselheira complementa que as instituições poderão seguir as recomendações da educação, informou também que as visitas fiscalizadoras nas Instituições estão acontecendo de forma gradativa. A Sra. Daniele salienta a possibilidade desses relatórios de visitas serem submetidos à Promotoria, a Conselheira informa que tem repassado as informações ao órgão e considera que as distribuições ocorreram de forma justa, inclusive o Conselheiro Tutelar Lucas padronizou um modelo para que a fiscalização aconteça de forma igualitária para todas as OSC. A Sra. Daniele expõe que está aguardando o retorno da licitação para o andamento da capacitação do SIPIA, esta foi aprovada a ser executada com recursos do FUMDICAD, e talvez formalizar o setor seria uma alternativa para averiguar o motivo do atraso na liberação. A Conselheira ressalta que houve a participação do Conselho Tutelar de Cruzeiro no encontro que aconteceu em 18 de março em Taubaté, também está acontecendo as reuniões para a proposta da minuta da Lei do Conselho Tutelar e por fim, informou sobre a falta de vagas na creche, o número de pessoas aguardando teve uma redução considerável, logo será feito o levantamento real de quem ainda não conseguiu a vaga. Sobre a prestação de contas, a secretária Daniele informa que foi encaminhada aos Conselheiros os documentos e é perceptível que em alguns meses não ocorre o pagamento e em outros é feito duplicado, ela acredita que isso ocorre pelo fato da grande demanda do setor de finanças, também enfatiza que não está na pauta, entretanto o Controle Interno analisou as prestações de contas do exercício de 2021 e estas foram aprovadas. Recomendaram a apreciação pela pasta na qual o Fundo está vinculado, e isto já ocorre, uma vez a ordenadora de despesas mensalmente assina os documentos que são repassados à Controladoria. Também foi recomendado que o CMDCA apreciasse a prestação de contas das instituições que estão recebendo recursos do FUMDICAD através das parcerias, a secretária faz um adendo que antes estas prestações eram entregues direta no setor de finanças e inclusive a Conselheira Daniela Nogueira era a pessoa responsável pela análise, depois este serviço foi direcionado ao setor financeiro dentro da pasta da Assistência, o que o Controle Interno ressaltou é que pode continuar desta forma, as prestações sendo entregues na SEAS, porém deverá ser analisada pelo colegiado e deliberada sua aprovação ou não, a secretária faz um questionamento, além da Sra. Daniela Nogueira que já trabalhou com essa área, se alguém tem habilidade técnica para tal ação. Destacou que as instituições que estão com parceria com o Fundo deverá entregar o relatório analítico contendo um resumo de tudo que foi feito durante a execução dos projetos até 31 de dezembro, posteriormente a Comissão de Análise Técnica fará uma averiguação e também emitirá um relatório verificando o alcance das metas entre outros fatores, a princípio a secretária entendia que os relatórios mensais seriam submetidos ao Controle Interno e depois ao Tribunal de Contas, porém o que vai ser anexado para conferência é somente os pareceres e o relatório analítico e estes serão repassados até 30 de abril. A Presidente pergunta sobre de forma a análise da prestação de contas das instituições deverá acontecer, a secretária explica que na recomendação não informa, se é mensal, trimestral ou anual. A Conselheira Sra. Aná Lúcia salienta a preocupação dessas aprovações sem conhecimento técnico, pois em uma questão familiar a pessoa teve bloqueios e impedimentos sem entender, quando averiguado foi identificado na época que estava correlacionado a aprovações de Conselho. A Sra. Daniele destaca a importância da fala da Conselheira e que inclusive no período em que participou do FUNDEB também percebia esse problema, a



necessidade de aprovações das contas, porém sem que os Conselheiros passassem por capacitações ou que tenham conhecimentos técnicos sobre o assunto. A Secretária sugere que o setor financeiro da assistência desenvolva algum modelo resumido e de fácil entendimento, a Conselheira Sra. Daniela Nogueira conjuntamente com a Presidente acredita ser mais viável que o responsável venha até o CMDCA e explique as prestações, todos concordaram com essa ideia. Sobre o que foi encaminhado da prestação de contas mensal do FUMDICAD esta foi aprovada sem ressalvas. A Sra. Iris passa para a próxima pauta o que refere-se aos informes da Comissão Setorial Permanente de Políticas Básicas dos Direitos da Criança e do Adolescente com a temática : Alcool e outras Drogas, ela enfatiza que ocorreram duas reuniões, a primeira realizada presencialmente na Casa dos Conselhos com a Secretária de Saúde e sua equipe, Secretária de Assistência e sua equipe, membros da referida Comissão e representante das escolas Estaduais, nesta foram expostos os trabalhos feitos relacionados à temática, a Assistência apresentou um fluxo dos equipamentos CRAS e CREAS, a pasta da Saúde o programa Saúde na Escola, o Secretário da Rede Municipal não pode estar presente, mas encaminhou o quem tem sido feito no âmbito municipal, o Sr. Eduardo apresentou o Programa CONVIVA. A conclusão desta reunião foi que não poderia ser proposto um projeto unificado, pois cada escola tem suas particularidades e adversidades devem ser respeitadas, entretanto ficou claro que todos estão empenhados em trabalhar esse assunto. A Conselheira Sra. Wanderléa apresentou reflexões sobre os parâmetros e normas adotadas mundialmente em relação a prevenção. Por fim, ficou acordado que seria feito um relatório contendo essas informações. Diante do exposto, esse documento foi elaborado com a colaboração da Secretária de Saúde e sua equipe acompanhados da Sra. Daniele e da Conselheira Wanderléa, este foi encaminhado aos envolvidos e apresentado na reunião com o Promotor, nesta participaram representantes do município como vigilância sanitária, Polícia Municipal, os secretários e equipes das pastas de Assistência e Saúde, representante da Secretaria Municipal de Educação e Comissão. Foram repassadas as informações desta reunião anterior e apresentado que representantes da Assistência pretendem se reunir com diretores das escolas estaduais para articularem o fluxos de encaminhamentos, o objetivo é fortalecer a rede. O que foi destaque para o Promotor é o que a rede municipal apresentou, incluindo em sua grade curricular o tema de prevenção respeitando as faixas etárias. Vale ressaltar que para a próxima reunião ele quer ser informado sobre as especificações de como será executado o proposto pela educação. A Sra. Natália Amaral pergunta se será inclusa alguma ação nas escolas particulares, a Sra. Daniele responde que não, visto que já foi pensado nessa questão e a dificuldade que teríamos em atingir esse público, a Presidente complementa que isso poderá ser revisto futuramente. Também foi sugerido a realização de um Fórum de prevenção de drogas, seria apresentando a sociedade a discussão e ações sobre o assunto, este tem data para acontecer durante a semana nacional de prevenção de drogas no mês de junho. Sobre a Comissão de prevenção de gravidez na adolescência, a Presidente fez um resumo do projeto na "Hora H", este partiu em decorrência de evasão escolar que resultou em articulações com a rede e voluntários que ministraram palestras a cerca do assunto. Sempre o CMDCA recebia ofícios com atualizações de informações sobre o número de gravidez e o questionamento da Promotoria de quais ações estaria sendo realizada, por isso foi retomado o projeto e a Conselheira Ana Lúcia trouxe na última reunião dados importantes sobre o assunto, dentre os métodos contraceptivos oferecidos na rede pública de saúde, não consta o implante subcutâneo, desta forma será solicitado para a Secretaria de Saúde a possibilidade de aquisição deste, considerada também a eficácia. O que esta pendente é o teatro, por questões legais, o fundo não pode financiar o professor (a), estamos averiguando a possibilidade de parceria voluntária, foi sugerido que entrássemos em contato também com o Centro do Voluntariado. A Sra. Ana Lúcia abordou a questão da indisponibilidade de horário que os adolescentes estão enfrentando pela mudança da reforma do ensino médio. A Presidente do Conselho repassou a resposta da Secretaria de Assistência através do Ofício n.º23/2022 sobre os questionamentos feitos pelo CMDCA em relação ao edital não ter referenciado o público de crianças, após a reiteração dos questionamentos obtivemos como resposta que a faixa etária não contemplada esta sendo atendida no CAIC, cerca de 250 crianças de diversos bairros,



esta decisão da SEAS foi baseada em decorrência de evasão escolar e o aumento de mortes dos jovens. A Sra. Daniele indaga que a única dúvida é quem acompanha e monitora essas execuções, pois sabe-se que as parcerias firmadas com as OSC são acompanhadas e monitoradas mensalmente pelos responsáveis da parceria. A Presidente salienta que as OSC que estão sem parcerias para manter os atendimentos funcionam com recursos próprios, a Sra. Natália Arnaral ressalta que as instituições que apresentaram proposta para o referido edital estão aguardando a assinatura do termo para iniciarem a execução. A Sra. Ana Lúcia reforçou que até para os atendimentos com psicólogos não há compatibilidade de horário. A Sra. Daniele enfatizou que talvez algumas parcerias vigentes estão sendo executadas nas escolas devido a essa situação supracitada, das instituições terem disponibilidades de ofertas oficinas e serviços, e não terem público para frequentá-las. O último assunto foi sobre o pedido de inscrição da DOMAIN, a representante legal esteve na reunião expondo para o colegiado informações a respeito do que eles pretendem executar, visto que foi indeferido o pedido pela Comissão que analisa os documentos por não estarem em cumprimento com a Resolução vigente. Foi discutida a situação e enfatizado que o Colegiado é soberano e caso concorde com alguma alteração na Resolução este deverá ser precedido de análise. Foi esclarecido que todos entendem a necessidade em oportunizar aos jovens a entrada no mercado de trabalho através do jovem aprendiz, entretanto algumas divergências de legislações faz com que até o momento não tenhamos o consenso sobre a certificação. Foi solicitado se o CMDCA poderia certificar a Domain para atendimentos dos maiores de 18 anos, esta possibilidade é inviável de acordo com o público referenciado ao CMDCA. A secretária Daniele atendeu presencialmente, por ligações e mensagens os envolvidos com o pedido de inscrição da DOMAIN, e reforça que todas as informações dadas são repassadas e autorizadas pela Comissão. A Presidente confirma o exposto e enfatiza que o CMDCA está trabalhando para que seja solucionado esse impasse da melhor forma possível. Nada mais a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a reunião.


IRIS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do CMDCA


DANIELE EUGÊNIA NUNES FERREIRA
Secretária do CMDCA

Publique-se, inclusive sob a forma de fixação no átrio da Casa dos Conselhos; registre-se e archive-se em atendimento ao princípio da publicidade dos atos administrativos e em observância aos preceitos contidos na Lei Orgânica Municipal. Em 31/03/2022.